

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Vila Velha/ES/2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA –
INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendente Regional
JOSE CANDIDO COSTA RESENDE

Chefe da Procuradoria Regional
TIBÉRIO XAVIER VIANNA

Chefe da Divisão de Administração
EDUARDO DEZAN GARCIA

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
LUDMILA PIOL CARRARA

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
GEZUALDO NUNES GALVÃO

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
OSCAR OSÉIAS DE OLIVEIRA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	9
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	9
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	9
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	10
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia	10
3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO	11
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária	11
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações	11
3.1.2 Cartografia	13
3.1.3 Territórios Quilombolas	14
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor	16
3.1.5 Indicadores	17
3.1.5.1 Indicadores TCU	18
3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste	19
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento	20
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações	20
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	22
3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente	25
3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados	25
3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária	26
3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor	27
3.2.7 Indicadores	28
3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal	29
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	30
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações	30
3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura .43	
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações	44
3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento	45
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor	45
3.3.6 Indicadores	46
3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste	48
3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul	48
3.3.9 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal	48
4. Prestação Direta de Serviços ao Público	49
4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo	49
4.2 Principais atividades de controle do Gestor	49
5. Gestão de Pessoas	50
5.1 Distribuição de servidores	50
5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR	50
5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem	50
5.4 Recursos humanos da unidade	51
5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos	51
5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	51
5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados	52
5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa	53
5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	54
5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício	55
5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal	56

5.4.8	Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.....	57
5.5	Análise crítica sobre a distribuição de servidores	58
6.	Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil	59
6.1	Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres	59
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR	61
6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber	61
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR	62
7.	Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	63
7.1	Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.....	63
7.2	Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos	65
7.3	Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações	65
7.4	Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.....	65
7.5	Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais	66
8.	Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas	67
8.1	Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.....	67
8.2	Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior	67
9.	Ouvidoria	68
9.1	Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.....	68
9.2	Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo	69
10.	Correição.....	70
10.1	Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.	70

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O presente relatório é apresentado em conformidade com decisões normativas do TCU, pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Espírito Santo (SR-20-ES), na obrigação de prestar contas à sociedade e aos órgãos de controle, bem como ao cumprimento da legislação vigente.

Este documento constitui numa das peças integrantes do processo de prestação de contas da Unidade Gestora, nos termos dispostos na DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 127, DE 15 DE MAIO DE 2013 e demais instruções pertinentes.

Por meio de Ordem de Serviço, o Gabinete da Superintendência constituiu Grupo de Trabalho para a elaboração do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013, em atendimento à Diretoria de Gestão Estratégica, composta pela Chefia de cada Divisão e demais servidores indicados, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Controle

O Relatório de Gestão Individual é um documento que demonstra a execução física e orçamentária estabelecida na Programação Operacional de 2013, da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Espírito Santo, com fulcro no Programa Plurianual de Ações (PPA 2012/2015), de interesse analítico dos órgãos de controle, no que diz respeito à natureza orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, entre outras.

O Relatório está estruturado de acordo com que preceitua os itens do Anexo III da Decisão Normativa-TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013, apresentando as informações detalhadas de cada item com a ressalva para os itens que não se aplicam a esta UJ.

Apesar dos entraves e dificuldades que impactaram a execução das ações no decorrer do exercício esta Regional mirou no cumprimento das suas atribuições e compromissos com a gestão pública na sua área de atuação. Os resultados atingidos pela SR(20)ES na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade estão alinhados com a gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício 2013, referente ao relatório apresentado.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Espírito Santo		
Denominação abreviada: INCRA – SR20/ES		
Código SIORG: 4.142	Código 49.201	LOA: Código SIAFI: 373057
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.44.6.00
Telefones/Fax de contato:	27-3185.9050	
Endereço eletrônico: www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Av. Senador Robert Kennedy 601, S. Torquato. V. Velha /ES CEP: 29.114.300		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA 		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA 		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral 		

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

O planejamento estratégico institucional é determinado pelo INCRA Sede, bem como a destinação de recursos e o estabelecimento de metas físicas a serem alcançadas durante o exercício, cabendo a esta Unidade Jurisdicionada a operacionalização da execução de tais objetivos.

As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados previsto no Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009 – Estrutura Regimental e na Portaria/MDA n.º 20, de 08 de abril de 2009 - Regimento Interno da Autarquia, aos quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, tecnologia da informação, modernização administrativa e garantia da manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

A Superintendência Regional do INCRA do Espírito Santo é responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária no Estado do Espírito Santo, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de trabalho e renda no meio rural.

No entanto durante o exercício de 2013 alguns obstáculos comprometeram sobremaneira o cumprimento das metas. De modo geral o contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal e a demora na liberação de recursos orçamentários e financeiros influenciou diretamente na licitação de obras e contratações diversas.

Não obstante foi mantida parceria junto às Prefeituras Municipais para manutenção das Unidades Municipais de Cadastro. Parcerias essas que deverão ser potencializadas durante o ano de 2014, ampliando os serviços ofertados.

O plano de metas e ações que deveriam ser realizadas pela UJ encontrou dificuldades em sua execução tanto por fatores externos como o contingenciamento de recursos federais como número insuficiente de servidores. Tais fatores tem tido peso significativo no não planejamento operacional de alcance de metas estabelecidas pela Autarquia

Os indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, estão determinados no Plano de Compromisso estabelecido pelo INCRA Sede, bem como os recursos orçamentários destinados à execução dessas metas.

O detalhamento das informações gerenciais estão disponíveis no link <http://www.incra.gov.br/>.

3.ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO

3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	3534	9985	47.223,80	44.914,67	44.914,67	2.309,13	-
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	-	-	-	-	-	-
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	-	-	12.537,45	12.537,45	12.537,45V	12.537,45	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	-	-	48.205,25	46.673,16	46.673,16	1.532,09	-
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-	1.686.073,66	1.686.073,66	-	-	-

*Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	-	-16.539,01	-	-
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	-295,07	3.181,36	-
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	-	-	-	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	-	-5.866,47	-	-
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-	-	-

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR20/F, conta com quatro setores de serviços, o Serviço de Cadastro Rural – SR20/F-1, o Serviço de Cartografia –SR20/F-2, o Serviço de Regularização Fundiária – SR20/F-3 e o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SR20/F4.

Todos os trabalhos forma desenvolvidos conforme planejados, alcançando assim as metas previstas para a divisão. A divisão possui servidores do cadastro e da cartografia que auxiliam constantemente a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária em ações de cunho nacional. No ano de 2013 os servidores estiveram empenhados no SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária) e na DP Eletrônica.

Foram realizados dois treinamentos disponibilizando um total de 38 vagas à Servidores Municipais que trabalham nas Unidades Municipais de Cadastro – UMC – sobre Recepção de Documentação para atualização cadastral no SNCR.

O estado não possui áreas da união a serem regularizada, portanto a Regularização Fundiária de Imóveis Rurais são realizadas pelos órgãos estaduais, e que auxiliamos os mesmos com acompanhamento e orientações técnicas.

3.1.2 Cartografia

A Lei 10.267/01, alterando a Lei 6015/73 (Lei de registros públicos) instituiu a obrigatoriedade do georreferenciamento dos imóveis rurais para os imóveis rurais nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento. A lei 6015/73 em seu artigo 176, § 3º, com a alteração dada pela Lei 10.267/01 ficou da seguinte forma:

“§ 3º - Nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais, a identificação... será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cujo somatório da área não exceda a 4 módulos fiscais.

§ 4º - A identificação de que trata o § 3º tornar-se-á obrigatória para efetivação de registro, em qualquer situação de transferência de imóvel rural, nos prazos fixados por ato do Poder Executivo.” (grifo nosso)

O Decreto 4.449/01 com as alterações do Decreto 5.570/05 e, mais recentemente pelo decreto 7.620/2011, instituiu os seguintes prazos para a obrigatoriedade do georreferenciamento:

“Art. 10. A identificação da área do imóvel rural... será exigida, nos casos de desmembramento, parcelamento, remembramento e em qualquer situação de transferência, na forma do art. 9º, somente após transcorridos os seguintes prazos:

- 90 dias, para os imóveis com área de 5.000 ha ou mais;*
- 1 ano, para os imóveis com área de 1.000 ha a 5.000 ha;*
- 5 anos, para os imóveis com área de 500 ha a 1.000 ha;*
- 10 anos, para os imóveis com área de 250 ha a 500 ha;*
- 13 anos para os imóveis com área de 100 ha a 250 ha;*
- 16 anos para os imóveis com área de 25 ha a 100 ha;*
- 20 anos para os imóveis com área inferior a 25 ha;*

...

§ 3º - Ter-se-á por início de contagem dos prazos fixados nos incisos do caput deste artigo a data de 20 de novembro de 2003.”

Conforme prevê o Art. 8º do Decreto 4.449/02:

“Art. 8º Os custos financeiros de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015, de 1973, compreendem os serviços técnicos necessários à identificação do imóvel, garantida a isenção ao proprietário de imóvel rural cujo somatório das áreas não exceda a quatro módulos fiscais.”(grifo nosso)

Diante do exposto, trata esta ação do georreferenciamento de Imóveis Rurais cuja área não exceda a 4 módulos fiscais do município de localização. Por ser o órgão responsável pela certificação, ficou o INCRA responsável pela execução desses serviços para estas áreas. Considerando a realidade do Estado do Espírito Santo, em nenhum município o somatório da área dos 4 módulos fiscais irá superar 250 ha. Se observarmos os prazos determinados pelo Decreto 7620/2011, apenas a partir de 20/11/2016 é que a área alcançará alguns imóveis do Espírito Santo que se encontram na faixa de até 4 módulos fiscais, abrangidos pela gratuidade, que ficarão impedidos de efetuar transações imobiliárias. Tendo em vista que a instituição está fazendo esforço no sentido de alterar esse artigo da lei para que a execução não fique a cargo do INCRA, não foram

definidas metas para a Superintendência para a execução desta ação.

No ano de 2013, os únicos serviços de georreferenciamento executado pelo Setor de Cartografia foram o serviço de georreferenciamento do Projeto de Assentamento Verino Sossai (por execução direta), localizado no município de Montanha, e a fiscalização, por servidores lotados no Setor de Cartografia da SR(20) dos serviços de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral e georreferenciamento do PA Franqueza Realeza, cuja execução foi licitada no ano de 2010, sendo concluída em 2013, mas a demanda e os recursos de ambos os serviços foram provenientes da Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos desta Superintendência Regional.

É importante dizer que, apesar de não terem sido efetuadas ações de georreferenciamento de pequenas propriedades na SR(20), o Comitê de Certificação recebeu 97 novos processos totalizando uma área de 73.572,9600 ha, destes, foram certificados 76 (60.697,6522 ha). Além dos processos recebidos em 2013, também foram certificados 60 processos iniciados em anos anteriores (42.433,1725 ha) e foram arquivados 21 processos (19.833,8413 ha). É importante informar que alguns processos apresentam pendências que são informadas ao proprietário para correção e posterior reanálise, o que faz com que muitos processos fiquem sobrestados por período que ultrapassa o ano e, por esse motivo, não são certificados no ano de entrada, ficando um passivo para o ano seguinte. O detalhamento mês a mês dos processos segue nas tabelas abaixo.

Os recursos descentralizados referem-se tão somente à pagamento de diárias e passagens do servidor Oscar Oséias de Oliveira e do servidor Gabriel Diniz de Oliveira em deslocamentos para participação do Grupo de Trabalho no desenvolvimento do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF e treinamento de demais servidores para utilização do mesmo.

3.1.3 Territórios Quilombolas

a) Trabalhos de campo para instrução processual

I. São Pedro (Ibiraçu/ES) Processo 54340.000584/2005-12

Com a publicação no Diário Oficial da União, em 22/11/2012, do Decreto de desapropriação dos imóveis inseridos na área de 314, 0707 hectares reconhecida pelo INCRA, com base no Decreto 4.887/2003, através da Portaria 284, de 21/06/2011, publicada no DOU em 22/06/2011, como território da comunidade remanescente de quilombos de São Pedro, ao longo do exercício de 2013 a Superintendência Regional do Espírito Santo providenciou a avaliação dos 9 (nove) imóveis inseridos no referido perímetro, dentro posses e propriedades com título de domínio.

Os processos referentes às 5 (cinco) posses foram encaminhados ao IDAF – Instituto Estadual de Defesa Agroflorestal do Espírito Santo, a quem compete a arrecadação de terras devolutas e/ou reconhecimento de direitos de propriedade sobre áreas sem título de domínio em novembro de 2013. Ao término desse exercício, aguardava-se o parecer desse instituto estadual para poder se proceder ao ajuizamento das ações de desapropriação sobre essas áreas.

Quanto às demais 4 (quatro) áreas, que possuem título domínio, 2 duas já tiveram sua cadeia dominial levantada até origem e aguardam apenas o parecer da PFE para se proceder à desapropriação, e 2 (duas) ainda estão em fase de conclusão de suas respectivas cadeias dominiais, tendo em vista a complexidade de suas cadeias dominiais, que não puderam ser concluídas até o término de 2013.

II. Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim) Processo 54340.000583/2005-60

Em 2013 conclui-se os trabalhos de notificação dos interessados nestes autos (dentre proprietários e posseiros cujas áreas estejam inseridas no perímetro demarcado bem como os confrontantes dessa área demarcada), tendo que se recorrer à via editalícia, em jornais de grande circulação dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, onde presumidamente residem essas pessoas.

Ao término do exercício, ficou pendente a notificação daqueles interessados que apresentaram contestações a esta Superintendência Regional (as quais foram indeferidas), serviço que estava programado para ser feito em dezembro/2013, mas teve que ser adiados por conta das fortes chuvas que atingiram o Estado no referido mês (e que, em partes, explica o porquê dos recursos descentralizados não terem sido utilizados em sua totalidade).

III. Linharinho (Conceição da Barra) Processo 54340.001431/2012-11

Ao longo do exercício 2013 foram realizados os trabalhos de campo necessários à conclusão do Relatório Antropológico, do Relatório Fundiário e da elaboração da planta com respectivo memorial descritivo do perímetro do território. Também se realizou o cadastro das famílias quilombolas, que igualmente demandou trabalhos em campo e deslocamentos a serviço.

b) Trabalhos de campo em conjunto com a Secretaria de Patrimônio da União - SPU

Foram feitos trabalhos em campo com o propósito de identificar as áreas de marinha, pertencentes à União, que se encontram nas dentro ou nas proximidades de territórios de comunidades quilombolas com processos abertos junto ao INCRA situadas ao longo da bacia do Rio São Mateus, as quais seriam as comunidades de Angelim, Roda D'água, Linharinho, e Serraria/São Cristóvão.

c) Demandas Eventuais com exigência de deslocamento e/ou gastos significativos de custeio

Além desses trabalhos de campo citados, houve ao longo do exercício a necessidade de eventuais deslocamentos, para tratar destes processos mencionados bem como dos demais processos de titulação com base no Decreto 4.887/2003 em andamento na Superintendência Regional do Espírito Santo, junto a instituições públicas e não-governamentais cujos interesses tangenciam o andamento dos mesmos, sobretudo as procuradorias do Ministério Público Federal em Cachoeiro de Itapemirim e em São Mateus e a Direção Estadual da Conaq (Confederação Nacional dos Quilombos), a qual promoveu diversas reuniões e eventos no município de Conceição da Barra no exercício de 2013.

d) Demandas sem gastos significativos de custeio

Dentre essas demandas, encontram-se, por exemplo, o atendimento de solicitações de informações acerca dos processos de titulação atualmente em andamento na Superintendência Regional por parte de órgãos públicos de diversas esferas (municipais, estaduais e federais), ONG's e entidades privadas a respeito do andamento desses processos e/ou da legislação que rege a titulação de territórios de comunidades remanescentes de quilombos.

e) Situação dos demais processos de titulação em andamento na Superintendência Regional

I. São Domingos (Conceição da Barra)– durante todo o exercício de 2013 o processo permaneceu no INCRA-Sede, para onde foi enviado em 2011 para análise do recurso apresentado por um dos interessados que teve sua contestação ao RTID indeferido pela Superintendência Regional do Espírito Santo. Houve uma reunião entre a Superintendência Regional e a comunidade em 2013, a pedido do INCRA-Sede, para tratar deste caso. Aguarda-se a resolução dessa questão para se proceder à publicação de portaria de reconhecimento.

II. Angelim e Roda D'água (Conceição da Barra) – ao longo do exercício 2013 foram concluídos os Relatórios Antropológicos dessas comunidades, contratados pelo INCRA junto à iniciativa privada mediante pregão. O produto foi entregue, avaliado e aceito pela Superintendência Regional. Todavia, não havia mais tempo hábil no exercício 2013 para demais providências necessárias à conclusão do RTID (que inclui também a realização do levantamento fundiário, elaboração de planta e memorial descritivo e cadastramento das famílias).

III. Serraria e São Cristóvão (São Mateus) – o processo permaneceu durante todo exercício suspenso por decisão judicial.

IV. Retiro (Santa Leopoldina) – os processos de desapropriação permaneceram suspensos durante todo o exercício por decisão judicial.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

A atuação da Superintendência Regional do INCRA no estado do Espírito Santo sobre o Ordenamento da Estrutura Fundiária baseou-se no atendimento às demandas dos requerentes dentro das atribuições inerentes à Autarquia, observando estratégias e direcionamentos traçados por sua Direção, objetivando celeridade e eficiência no atendimento a requerentes, dentro dos limites impostos pelo princípio da legalidade.

Destacamos inicialmente que no Espírito Santo, no ano de 2013, tínhamos em vigência Acordos de Cooperação Técnica com 76 Prefeituras dos 78 municípios existentes, excluindo apenas os de Vila Velha e Vitória, os quais têm o atendimento feito na própria Superintendência. Como esses expirariam em janeiro de 2014, no último trimestre do exercício passado organizamos a coleta de dados, confecção dos termos dos acordos, aprovação da PFE e a ida de Técnicos aos municípios para apresentação dos Acordos aos Prefeitos. Tudo isso possibilitará a manutenção de Unidades Municipais de Cadastro em quase todos os municípios de nosso estado.

Tal ação nos auxilia significativamente na qualidade e celeridade no atendimento às Solicitações de Atualização Cadastrais (SAC) no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), as quais em 2013 totalizaram 9985, o que representou 166% da meta estipulada (6000). Não contabilizados nestes números estão 118 SACs as quais, após análise inicial, aguardam a complementação de documentação pelos requerentes, que foram cientificados através de Relatórios de Ocorrência. Também se faz mister informar que 53 proprietários foram, após análise de documentos, oficializados sobre o indeferimentos de seus pedidos de atualização.

Ainda sobre Emissão de Cadastro, há um zelo constante por parte da Gestão Local no que diz respeito à treinamento de Servidores Municipais para atuação nas Unidades Municipais de

Cadastro e acompanhamento do serviço desempenhados por esses. Em 2013, conforme demanda levantada junto às prefeituras, foram oportunizadas 38 vagas de treinamento a servidores municipais no módulo de recepção de documentação para Atualização Cadastral. Também foi feito o acompanhamento e fiscalização em 44 Unidades Municipais de Cadastro.

Atrelados à temática da Governança Fundiária também destacamos os seguintes serviços desempenhados pela SR(20)F no ano de 2013:

- Processos de Descaracterização de área rural para Urbana: 139 finalizados e 26 em diligência, totalizando 165.
- Processos de Cancelamento de Cadastro Rural: 34 finalizados.
- Processo de Audiência Prévia: 01 finalizado.
- Processos de Parcelamento abaixo da Fração Mínima para fins não Agrícolas: 44 finalizados e 21 em diligência, totalizando 65.
- Processos de Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiros: 13 finalizados e 12 em análise, totalizando 25.
- Processos de Fiscalização Cadastral: 06 em análise.
- Visita a Cartórios: 11 efetuadas;
- Certidão para Comprovação de Atividade Rural em Determinado Período: 1966 Certidões emitidas

Por fim, apesar de sua difícil mensuração, merecem citação também outros dois serviços desempenhados por Técnicos dessa Divisão, que são o atendimento ao público para saneamento de dúvidas processuais e a análise e emissão de minutas de ofício em resposta às consultas técnicas realizada por particulares e órgãos públicos.

3.1.5 Indicadores

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício, abrangendo no mínimo os seguintes indicadores:

- a) Índice de Cadastramento de imóveis rurais;
- b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis;
- c) Índice de Regularização Fundiária.

Os indicadores detalham as metas estabelecidas para o exercício referente ao relatório de gestão bem como as metas estabelecidas para o próximo exercício, além de sua memória de cálculo.

3.1.5.1 Indicadores TCU

Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.	(4.480.336,67ha / 4.609.558,30ha)x100 = 97,2%
				Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb	(157 / 103) x 100 = 152,42%
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	-
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Este item não se aplica à SR20/ES.

.

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Demonstração da execução física e financeira das Ações da LOA ligadas à obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento de responsabilidade da Superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	10.000	270,2546	117.072,65	117.072,65	95.643,57	95.643,57	21.429,08
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	340	97	11.450,34	11.450,34	10.164,29	10.164,29	1.286,05
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	361.381,51	361.381,51	0,00	0,00	361.381,51
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	-	-	12.000,00	12.000,00	2.620,83	2.620,83	9,379,17
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	4	4	34.569,05	34.569,05	28.893,13	28.893,13	5.675,92

*Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	4.773,91	12.693,27	2.198,43	9.257,99
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	11.862,86	1.030,47	10.7845,00	-
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	21.603,00	339.715,39	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	-2.500,00	460,00	6.448,10	7.836,15
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	5.934,51	13.760,89	-	2.948,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

O demonstrativo de alcance das metas físicas e financeiras do Setor de Obtenção do ano de 2013, não é nada favorável, tivemos um ano atípico, onde o governo com a edição normativas, como as Portarias 05,06 e 07 do MDA, o chamado “Novo Fluxo”etc. restringiram por demais as ações de Vistorias para Fiscalização Agronômica e Função Social, que sempre foi o principal instrumento de obtenção de terras da Reforma Agrária(a Desapropriação). Por outro lado, os processos de desapropriações pelo viés produção, em andamento na SR(20)ES, em numero de 29, atingindo uma área de 17.816 ha, somente 05 processos, até então, não estão sub judice. Diante destes fatos as atividades da SR(20)T do ano de 2013 se restringiu em 01 Vistoria de Avaliação(adequação ao Novo fluxo) numa área de 270,2546ha, imóvel Fazenda São José, no município de Vila Valério, e a pré-qualificação de alguns imóveis rurais, que resultou na aprovação da abertura de 01 processo de Vistoria de Fiscalização Agronômica e Função Social, que será executado em 2014. Tivemos a criação de apenas 01 Projeto de assentamento com 15 famílias assentadas em área devoluta doada pelo Estado do Espírito Santo, 01 imóvel decretado para fins de Reforma Agrária, com capacidade para 15 famílias. Não tivemos no ano nenhum ajuizamento de áreas sub judice.

Para 2014, estaremos adotando algumas estratégias visando a otimizar e aumentar o nº de Vistorias, e de assentamentos, que seriam: 1- Incrementar a compra pelo Decreto 433, 2 – Implementar ações para obtenção de terras devoluta do Estado, 3- Aumentar o numero de imóveis para pré-qualificação, com indicações da SR(20)T e Movimento Sociais. 4- Incrementar ações e atitudes visando liberar os processos sub judice.

Conforme já foi mencionado a modalidade de obtenção de terras na SR(20)ES tem sido a Desapropriação, e levando em conta às áreas ajuizadas em 211/2012 tivemos o custo médio de R\$ 4.662,00 / ha .

Estamos planejando como para 2014, vistoria Preliminar em 09 imóveis e área de 5.850,00 ha , vistoria de Avaliação em 03 imóveis com 2.320,00 ha , e o assentamento total de 277 famílias.

DESAPROPRIAÇÃO PROCESSOS COM TRAMITE ADMINISTRATIVO NORMAL

Processo 54340.	Imóvel	Área ha	Município	Famílias	Estágio
000323/2010-16	São Domingos	299,74	Muniz Freire	15	Decretada /para ajuizamento
000410/2012-71	São José	270,25	Vila Valério	15	KIT /Brasilia
001290/2012-29	Conquista	1.635,75	Montanha		Analise de Recurso 2º Instancia
001288/2012-50	Tailândia	1.042,40	Pinheiros		Analise de Recurso 2º Instancia
000851/2009-77	Córrego da Cascata	357,50	Afonso Cláudio	17	Analise do CDR
TOTAL		3.605,64			

**DESAPROPRIAÇÃO-SUB-JUDICE
PROCESSOS PARA DECRETO EM ANDAMENTO 2013**

Processo 54340.	Imóvel	Área/ha	Município	Famílias
000170/2003-22	São Francisco	716,57	Colatina	59
00980/96-73	Castelo I	1.000,00	Guaçuí	80
000673/00-11	Castelo II	731,50	Guaçuí	70
000455/2005-16	Horizonte Azul	688,40	Mucurici	55
000381/2005-72	Irmãos Orletti	271,10	São Domingos do Norte	26
000606/2009-60	Boa Vista	470,10	Afonso Cláudio	35
Total	x	3.877,67	x	325

**DESAPROPRIAÇÃO-SUB-JUDICE
PROCESSOS COM DECRETO EM ANDAMENTO 2013**

Processo 54340.	Imóvel	Área/ha	Município	Famílias
000496/2003-78	Luziane	998,90	Montanha	94
000708/2003-90	Panorama	1.200,30	Ponto Belo	130
000644/2003-21	Independência	512,00	Mimoso do Sul	37
000132/2002-80	São Pedro	979,50	Barra de São Francisco	65
000914/2002-19	São José	581,40	Vila Valério	36
000174/2004-82	Rio Preto e Bela Vista	775,33	Presidente Kennedy	100
000307/2004-11	São Francisco	338,80	Guaçuí	24
000380/2005-73	Da Mata	512,03	Barra de São Francisco	35
000217/2005-19	Arrancada	489,83	Ecoporanga	44
000110/2006-43	Santa Helena	466,40	Baixo Guandu	37
000221/2006-50	Cobiçada	421,60	Barra de São Francisco	33
000136/2008-53	São João do Pouso Alto	129,36	São José do Calçado	08
001301/2008-94	Primavera	578,97	São Mateus	34
001192/2008-13	Independência e Aruanda	540,15	Guaçuí/S.J. Do Calçado	36
000245/2009-51	Floresta e Texas	655,46	São Mateus	31
000850/2009-22	Esmeralda	487,03	Afonso Claudio	23
000148/2006-16	Itapocu	290,03	Serra	19
001450/2009-34	São Lucas	375,60	Ecoporanga	18
Total	x	10.332,69	x	1.104

**VIES AMBIENTAL
PROCESSOS PARA DECRETO EM ANDAMENTO 2013**

Processo 54340.	Imóvel	Área/ha	Município	Famílias
000636/2006-23	Ipiranga	2.449,90	Ecoporanga	195
000635/2006-89	Rio do Norte	672,80	Ecoporanga	53
000054/2007-28	Cachoeira	262,70	Guaçuí	16
000634/2006-34	Vale Dourado	3.059,20	Ecoporanga	240
Total	x	6.444,60	x	504

**DESAPROPRIAÇÃO
IMÓVEIS COM AJUIZAMENTO-2011/2012**

Nome do Imóvel	Município	Área Registrada	Valor		
			VB	VTN	Total
Cachoeira Bonita	Brejetuba/Afonso Cláudio	408,52	317.972,54	1.059.834,62	1.377.807,16
Esmeralda	Afonso Cláudio	487,03	782.508,56	1.768.284,59	2.550.793,15
São João do Pouso Alto	São José do Calçado	129,36	298.255,36	319.524,41	617.779,77
Floresta e Texas	São Mateus	702,2072	1.083.094,65	3.565.706,55	4.648.801,20
Cobiçada	Barra de São Francisco	421,6107	595.528,91	1.449.556,40	2.045.085,31
30 de Maio	Montanha	111,0038	322.100,00	-	322.100,00
Gavião	Ecoporanga	745,7998	356.973,71	2.110.225,55	2.467.199,26
total	x	3.010,51	3.759.433,60	10.273.131,00	14.032.564,60

**METAS-2014
Obtenção de Terras**

Vistorias e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Meta (un)	Meta (ha)
Vistoria Preliminar	09	5.850,00
Avaliação	03	2.320,00
Total	12	8.170,00

- Vistorias Preliminares em no mínimo **09 imóveis** rurais atingindo uma área aproximada de **5.850,00 ha**.
- Em Atendimento ao novo Fluxo, nos imóveis improdutivos que atenderem às novas exigências, as Vistorias de Avaliação será feita no momento da Vistoria inicial, no entanto devemos atender as áreas Decretadas ainda não enquadradas no “Novo Fluxo”, no que estamos projetando **03 vistorias**, atingindo uma área de aproximadamente **2.320 ha**.

**METAS-2014
Assentamento de Trabalhadores Rurais**

Assentamento de Famílias	Meta (fam)	Meta (há)
Desapropriação	167	2.694,5812
Doação de Terra Pública	10	140,00
PA's criados até 2013	100	500,00
Total	277	3.334,5812

3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

No ano de 2013 não houve nenhuma desapropriação, assim não houve ajuizamento de ação desapropriatória, com desconto de recuperação ambiental. No entanto em anos anteriores os valores atribuídos a recuperação ambiental vem sendo descontado dos valores da terra nua

Após avaliação do passivo ambiental para o desconto do mesmo, através da justiça federal, os valores descontados voltam ao tesouro nacional, não tendo um fundo único destinado para a recuperação do passivo ambiental das áreas desapropriadas pelo INCRA. Desta forma à atuação da SR têm se dado através da elaboração de projetos para a recuperação de áreas degradadas em assentamentos com licenças ambientais expedidas pelo OEMA, com intuito de cumprir algumas condicionantes imposta no termo de compromisso ambiental – TCA, assinado entre o INCRA e o órgão ambiental competente, sendo uma delas o cercamento da reserva legal e das áreas de preservação permanente. Nos últimos três anos, após encaminhar os projetos ambientais para a captação de recursos orçamentários e financeiros junto ao INCRA sede, a resposta era da não disponibilidade de recurso para tal atividade e quando era enviado algum recurso, só aparecia no final do ano, não tendo desta forma, tempo hábil para a consolidação do processo de licitação e por fim a contratação da pessoa jurídica, responsável pela execução dos serviços.

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

No ano de 2013 não foi feito nenhuma desapropriação, no entanto existem hoje no estado 71 projetos de assentamentos, configurados 71 imóveis desapropriados.

PROJETOS DIVIDIDOS POR DATA DE CRIAÇÃO								
#	SIPRA	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	#FAM	ÁREA(ha)	PORT.	DATA	M SOCIAL
1	ES-0002000	PA PONTAL DO JUNDIÁ	C. da Barra	48	778,2704	318	16/02/1986	MST
2	ES-0003000	PA GEORGINA	São Mateus	81	1.052,8355	895	12/11,86	MST
3	ES-0004000	PA JUERANA	São Mateus	18	282,5506	374	12/05/1987	MST
4	ES-0005000	PA C. DO RIO QUARTEL	Linhares	15	184,0821	737	28/08/1987	MST
5	ES-0006000	PA PIP-NUCK	Nova Venécia	50	676,5970	746	18/06/1987	MST
6	ES-0008000	PA GAVIÃOZINHO	Nova Venécia	25	440,1900	38	11/07/1991	MST
7	ES-0009000	PA CÓRREGO VERMELHO	Ecoporanga	7	80,9000	32	10/01/1993	MST
8	ES-0010000	PA NOVA ESPERANÇA	Aracruz	50	489,1000	24	27/07/1995	MST
9	ES-0011000	PA VALDÍCIO B. DOS SANTOS	C. da Barra	89	888,4000	16	09/04/1996	MST
10	ES-0012000	PA CÓRREGO DA LAGE	Mucurici	118	1.182,3000	17	09/04/1996	MST
11	ES-0030000	PA CASTRO ALVES	Pedro Canário	129	1.504,3471	677	05/05/1988	MST
12	ES-0035000	PA FLORESTA	Alegre	77	680,0000	37	06/02/1900	FETAES
13	ES-0036000	PA SANTA RITA	B. Jesus do Norte	50	594,0000	38	05/12/1996	MST
14	ES-0037000	PA PAULO VINHAS	C. da Barra	63	474,0900	39	05/12/1996	MST
15	ES-0038000	PA OLINDA II	Pinheiros	86	791,7647	3	04/02/1997	MST
16	ES-0039000	PA MARIA OLINDA	Pinheiros	71	706,8888	12	29/08/1997	MST
17	ES-0040000	PA CELESTINA	Nova Venécia	31	314,4277	31	26/12/1997	MST
18	ES-0041000	PA TOMAZZINI	Santa Tereza	39	394,4100	33	31/12/1997	MST
19	ES-0042000	PA MIRAGEM	Ecoporanga	214	1.135,0000	35	31/12/1997	FETAES
20	ES-0043000	PA PIRANEMA	Fundão	65	626,0000	34	31/12/1997	MST
21	ES-0044000	PA LUIZ TALIULY NETO	Guaçu	136	1.358,0000	7	19/02/1998	FETAES
22	ES-0045000	PA GUANABARA	São Mateus	12	119,7246	6	19/02/1998	MST
23	ES-0046000	PA RANCHO ALEGRE	Mimoso do Sul	56	527,1627	10	03/04/1998	MST
24	ES-0047000	PA ITA	Itaguaçu	55	525,1917	22	24/06/1998	FETAES

25	ES-0048000	PA 16 DE ABRIL	Águia Branca	48	488,3200	32	24/09/1998	MST
26	ES-0049000	PA 3 CORAÇÕES	B. S. Francisco	156	1.058,8134	36	17/11/1998	FETAES
27	ES-0050000	PA SANTA FÉ	Apiacá	50	576,2020	40	23/12/1998	MST
28	ES-0051000	PA NOVA SAFRA	Itapemirim	105	1.065,4000	39	23/12/1998	MST
29	ES-0052000	PA UNIÃO	Mimoso do Sul	56	563,8000	41	23/12/1998	FETAES
30	ES-0053000	PA MATUTINA	Itarana	83	605,0262	42	31/12/1998	FETAES
31	ES-0054000	PA MONTE ALEGRE	Muqui	60	606,1650	8	03/09/1999	MST
32	ES-0055000	PA GERALDO SPERANDIO	Pancas	71	725,6100	9	13/12/1999	FETAES
33	ES-0056000	PA ZUMBI DOS PALMARES	São Mateus	151	1.386,6481		13/12/1999	MST
34	ES-0057000	PA PADRE PEDRO	Mantenópolis	37	455,8000	32	22/12/2000	MST
35	ES-0058000	PA PARAÍSO	Alegre	40	461,1000	33	22/12/2000	FETAES
36	ES-0059000	PA CÓRREGO DO AUGUSTO	Nova Venécia	25	324,3500	1	05/01/2001	FETAES
37	ES-0060000	PA OURO VERDE	Muniz Freire	30	256,2492	14	30/07/2001	FETAES
38	ES-0061000	PA RODEIO	Nova Venécia	35	310,5224	3	25/03/2002	FETAES
39	ES-0062000	PA 17 DE ABRIL	Muqui	78	887,3888	5	29/04/2002	MST
40	ES-0063000	PA ROSA DE SARON	Águia Branca	39	508,2255	6	29/04/2002	FETAES
41	ES-0064000	PA OTAVIANO R. DE CARVALHO	Ponto Belo	98	962,7300	7	29/04/2002	MST
42	ES-0065000	PA TEIXEIRINHA	Apiacá	27	294,2740	18	26/12/2002	MST
43	ES-0066000	PA BEIJA FLOR	Alto Rio Novo	13	80,9000	1	20/02/2003	FETAES
44	ES-0067000	PA SANTA CLARA	Viana	31	300,1750	2	20/02/2003	FETAES
45	ES-0068000	PA FLORESTAN FERNANDES	Guaçuí	34	380,0133	12	01/08/2003	MST
46	ES-0069000	PA TRAVESSIA	Nova Venécia	21	287,3398	13	06/08/2003	FETAES
47	ES-0072000	PA ERNESTO CHE GUEVARA	Mimoso do Sul	45	566,2800	3	08/04/2004	MST
48	ES-0073000	PA BOA ESPERANÇA	Alto Rio Novo	46	430,9200	5	15/06/2004	FETAES
49	ES-0074000	PA PANORAMA	Ponto Belo	130	1.042,4800	9	06/10/2004	FETAES
50	ES-0075000	PA SÃO SEBASTIÃO	Montanha	73	690,6288	10	06/10/2004	FETAES
51	ES-0076000	PA LAJE	Alto Rio Novo	50	535,8500	11	06/10/2004	FETAES
52	ES-0077000	PA BOA VISTA	Ecoporanga	57	577,6708	15	14/12/2004	FETAES
53	ES-0078000	PA OZIEL ALVES	Montanha	55	612,5240	1	10/01/2005	MST
54	ES-0079000	PA ADRIANO MACHADO	Montanha	74	873,0378	2	10/01/2005	MST
55	ES-0080000	PA MADRE CRISTINA	Pancas	35	524,4614	8	06/07/2005	MST
56	ES-0081000	PA MARGARIDA ALVES	Pancas	6	172,3500	12	09/11/2005	MST
57	ES-0082000	PA PALESTRINA	Mimoso do Sul	50	668,0630	2	03/03/2006	FETAES
58	ES-0083000	PA SÃO FELIPE	Guaçuí	18	252,8900	4	18/04/2006	FETAES
59	ES-0084000	PA FLORÊNCIO TOZZO	Mantenópolis	36	400,1800	11	21/08/2006	MST
60	ES0086000	PA SEZÍNIO FERNANDES DE JESUS	Linhares	100	2.042,0499	5	04/06/2008	MST
61	ES0087000	PA FRANQUEZA E REALEZA	Ecoporanga	100	2.250,3500	11	14/10/2009	FETAES
62	ES0088000	PA LÍRIO DOS VALES	Ecoporanga	43	443,3835	10	14/10/2009	FETAES
63	ES0089000	PA JOSÉ MARCOS DE A. SANTOS	Pres. Kennedy	75	1.343,6386	9	27/07/2009	MST
64	ES0090000	PA SÃO GABRIEL	São G da Palha	15	222,3394	15	03/12/2009	FETAES
65	ES0091000	PA ADÃO PRETO	São G da Palha	39	569,0258	1	04/02/2010	MST
66	ES0092000	PA CARLOS LAMARCA	Nova Venécia	26	380,1224	3	21/02/2011	MST
67	ES0093000	PA VALMIR ANTONIO BARBOSA	São G da Palha	20	399,1406	4	18/03/2011	FETAES
68	ES0094000	PA CACHOEIRA DAS GARÇAS	Mimoso do Sul	70	1015,8892	16	16/12/2011	FETAES
69	ES0095000	PA VERINO SOSSAI	Montanha	11	111,0038	1	12/01/2012	FETAES
70	ES0096000	PA NOVO SONHO	Ecoporanga	40	745,7998	29	04/12/12	FETAES
71	ES0097000	PA IRMÃ DOROTHY MAE STANG	Mantenópolis	15	139,465	24	03/12/13	MST
TOTAL				4.102	45.400,8294			

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

Temos 2.145 famílias inscritas no PNRA ainda não atendidas nesta Superintendência, considerando que houvesse um estoque de terras suficiente para assentá-los, precisaríamos de um montante no valor aproximado de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Durante o ano de

2013 foram contempladas 17 famílias, com a criação do Projeto de Assentamento Irmã Dorothy Mae Stang, 13 vagas e extensão do P. A. Florencio Tozzo, 04 vagas, obtido por doação não onerosa pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Foram realizados 93 reassentamentos em projetos criados em anos anteriores, com retomadas de parcelas ocupadas indevidamente, principalmente através da IN71, como também, em casos de sucessividade, totalizando 110 homologações. Nesta Superintendência não houve expedição de Títulos de Domínio (definitivo), portanto, não há arrecadação, quanto às Certidões de Concessão de Uso, continuam sendo expedidas conforme a demanda.

Para o próximo ano, temos o seguinte planejamento para assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra:

ASSENTAMENTO DE FAMILIAS	META(fam)	META (ha)
Desapropriação	167	2.694,5812
Doação de terra Pública	10	140,00
PA's criados até 2013	100	500,00
TOTAL	277	3.334,5812

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

As principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atuação da Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo na obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento a atuação na área, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos são baseadas em documentos e programas de informática, que são alimentados conforme a realização das atividades.

Existem dados extraídos dos Laudos de Perícias realizadas pelo Peritos Federais Agrários, Relatórios de Atividades, Relatórios de Viagens, Ordens de Serviço, processos formalizados, Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, e em arquivos digitais georreferenciados, que passam constante mente por conferências e revisões.

Ocorre falta de dados em relatórios, ou estes inexistem, o que dificulta a gestão e fidedignidade dos registros. Uma das grandes deficiência da Autarquia é a confecção de arquivos georreferenciados. Devido à defasagem de servidores, tanto para a captação dos dados em campo, quanto para a elaboração de mapas no escritório, essa atividade torna-se impossível, tanto para criação de novos arquivos quanto para a atualização dos existentes.

3.2.7 Indicadores

Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício }, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA.	Zero
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	=4/4 x 100 = 100%
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	= 18 / 1.219 = 1,47%

3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Este item não se aplica à SR20/ES.

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Nos quadros abaixo temos a demonstração dos resultados da execução física e financeira das atividades ligadas ao Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	4.224	0	16.551,03	16.551,03	16.046,03	16.046,03	505,00
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	-	153.000,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)	517	424	42.027,86	42.027,86	39.779,45	39.779,45	2.248,41
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	700	4.561	76.289,41	76.289,41	76.289,41	76.289,41	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	-	69.449,09	69.449,09	68.874,43	68.874,43	574,60
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	100	263	54.070,08	53.820,07	53.820,07	250,01	54.070,08
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	46	11	16.976,09	16.976,09	16.418,95	16.418,95	557,14
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	63	121	2.054,01	2.054,01	2.054,01	2.054,01	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	-	3.224,47	3.224,47	3.224,47	3.224,47	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	1.380.046,51	-20.234,96	42.474,43	2.307.844,47
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	1.198.200,00	-9.000,00	799.200,00	390.000,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)	1.690.057,17	-1.219.859,53	154.765,82	315.431,82
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	17.412,46	-3.012,46	0,00	14.400,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	51.725,04	-58.324,35	33.999,60	27.199,68
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	1.528,97	-1.438,97	90,00	
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0,00	0,00	0,00	0,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Detalhamento das Ações de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento

a) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

O Plano de Ação - PA do exercício de 2013 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 4.226.877,20 (quatro milhões, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte centavos), que seriam utilizados para a contratação de ATER para o atendimento de 4.224 famílias em assentamentos sob a jurisdição da Superintendência Regional do INCRA no estado do Espírito Santo.

Das estratégias de atuação

A principal estratégia de atuação utilizada pela Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo - SR-20/ES, foi tentar viabilizar a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para todas as famílias aptas assentadas.

Descrição das atividades desenvolvidas

No início de 2013, foram realizadas viagens para fiscalização dos contratos de ATER referentes ao período 2011/2012. Foram elaborados os relatórios de fiscalização, encaminhadas notificações e analisadas as justificativas das contratadas.

Posteriormente, a SR(20)ES constituiu equipe técnica, por meio de Ordem de Serviço em junho de 2013, para elaboração de Chamada Pública visando a contratação dos serviços de ATER.

Após levantamento da demanda nos assentamentos, foi elaborado Projeto Básico para contratação de serviços de Assistência Técnica para 3.653 famílias, conforme tabela abaixo:

Lote	Projeto de Assentamento	Previsão de atendimento Famílias (95% RB)	Município	
1	PA SANTA RITA	45	Bom Jesus do Norte e Apiacá	
	PA RANCHO ALEGRE	52	Mimoso do Sul	
	PA SANTA FÉ	47	Apiacá	
	PA NOVA SAFRA	89	Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim	
	PA UNIÃO	53	Mimoso do Sul	
	PA MONTE ALEGRE	57	Muqui	
	PA 17 DE ABRIL	73	Muqui e Jerônimo Monteiro	
	PA TEIXEIRINHA	26	Apiacá	
	PA ERNESTO CHE GUEVARA	41	Mimoso do Sul	
	PA PALESTRINA	48	Mimoso do Sul	
	PA CACHOEIRA DAS GARÇAS	66	Mimoso do Sul	
	PA FLORESTA	71	Alegre	
	PA LUIZ TALIULY NETO	127	Guaçu	
	PA PARAÍSO	33	Alegre	
	PA FLORESTAN FERNANDES	31	Guaçu e São José do Calçado	
	PA SÃO FELIPE	15	Guaçu	
	PA OURO VERDE	26	Muniz Freire	
	2	PA C. DO RIO QUARTEL	14	Linhares
		PA TOMAZZINI	36	Santa Teresa
PA PIRANEMA		28	Fundão	
PA ITA		50	Itaguaçu	
PA MATUTINA		46	Laranja da Terra e Itarana	
PA SEZÍNIO FERNANDES DE JESUS		95	Linhares	
3	PA SANTA CLARA	35	Viana	
	PA 16 DE ABRIL	44	Nova Venécia e Águia Branca	

	PA GERALDO SPERANDIO	66	Pancas
	PA ROSA DE SARON	37	Águia Branca
	PA MADRE CRISTINA	31	Pancas
	PA GEORGINA	77	São Mateus
	PA ZUMBI DOS PALMARES	140	São Mateus
	PA PIP-NUCK	48	Nova Venécia
	PA CÓRREGO DO AUGUSTO	23	Nova Venécia
	PA RODEIO	32	Nova Venécia
	PA SÃO GABRIEL	14	São Gabriel da Palha
	PA ADÃO PRETO	37	São Gabriel da Palha e Nova Venécia
	PA VALMIR ANTONIO BARBOSA	19	São Gabriel da Palha
	PA GAVIÃOZINHO	24	Nova Venécia
	PA CELESTINA	29	Nova Venécia
	PA TRAVESSIA	20	Nova Venécia
	PA CARLOS LAMARCA	25	Nova Venécia
	PE CÓRREGO DA AREIA	29	Jaguaré
	PE CÓRREGO ALEGRE	16	Nova Venécia
	PE CÓRREGO GRANDE	25	São Mateus
	PE VALE DA VITÓRIA	36	São Mateus
	PE 13 DE MAIO	43	Nova Venécia
	PE TRÊS PONTOES	19	Nova Venécia
	PE PRATINHA	16	São Mateus
	PE CÓRREGO DA ONÇA	8	Jaguaré
	PE SÃO VICENTE	5	São Mateus
4	PA PADRE PEDRO	35	Mantenópolis
	PA BEIJA FLOR	12	Alto Rio Novo
	PA BOA ESPERANÇA	44	Alto Rio Novo
	PA LAJE	47	Alto Rio Novo/Pancas
	PA FLORENCIO TOZZO	33	Mantenópolis
	PA MIRAGEM	196	Ecoporanga
	PA 3 CORAÇÕES	140	Barra São Francisco e Vila Pavão
	PA BOA VISTA	52	Ecoporanga
	PA FRANQUEZA E REALEZA	94	Ecoporanga/ES e Carlos Chagas e Nanuque/MG
	PA LÍRIO DOS VALES	29	Ecoporanga/ES e Ataléia/MG
	PA NOVO SONHO	29	Ecoporanga
	PE VALE DO OURO	28	Ecoporanga
	PE 22 DE JULHO	11	Ecoporanga
	PE BOM JESUS	13	Ecoporanga
5	PA PONTAL DO JUNDIÁ	46	Conceição da Barra
	PA PAULO VINHAS	60	Conceição da Barra
	PA OLINDA II	83	Pinheiros
	PA MARIA OLINDA	65	Pinheiros
	PA GUANABARA	11	São Mateus
	PA OTAVIANO R. DE CARVALHO	93	Ponto Belo
	PA SÃO SEBASTIÃO	68	Montanha
	PA OZIEL ALVES	52	Montanha
	PA ADRIANO MACHADO	69	Montanha
	PA VERINO SOSSAI	10	Montanha
	PA CÓRREGO DA LAGE	111	Mucurici e Ecoporanga
	PE BELA VISTA	32	Montanha
	PE FRANCISCO D. RAMOS	24	Montanha
	PE CÓRREGO DO BALÃO	5	Montanha
	PE NOVA CONQUISTA	17	Pinheiros
	PE 11 DE AGOSTO	10	Pinheiros
	PE NOVA VITÓRIA	30	Pinheiros
	PE RIO PRETO ITAÚNAS	26	Conceição da Barra
	PE INDEPENDÊNCIA	10	Conceição da Barra

82 Projetos de Assentamento

3653 famílias
assentadas

A equipe designada encaminhou o Processo nº 543540.000874/2013-69 contendo as peças técnicas para análise dos setores competentes, em dezembro de 2013, e neste momento encontra-se em fase de ajustes finais para a publicação da Chamada Pública.

Dos principais problemas:

Na execução dos trabalhos foram identificados problemas referentes à equipe técnica, conforme destacados a seguir:

a) inúmeros problemas detectados na execução dos contratos, por parte das contratadas, referentes ao período 2011/2012, que demandou um grande número de servidores e tempo para finalização do processo de fiscalização;

b) inexperiência dos servidores na elaboração da Chamada Pública;

c) falta da capacitação dos mesmos servidores em contratos e licitações. Capacitação esta que foi negada pelo INCRA-SEDE sob a alegação de falta de recursos financeiros;

d) insuficiência de servidores capacitados para realizar os cálculos da Chamada Pública;

e) devido a urgência para a publicação da Chamada Pública, e falta de recursos financeiros, não foi possível fazer levantamento de demanda nos assentamentos de forma adequada;

f) ausência de normativos que norteiem e padronizem a elaboração de Chamada Pública para contratação de ATER, o que resulta em uma grande insegurança jurídica por parte dos servidores que estão diretamente envolvidos, demandando, desta forma, um maior tempo para busca de informações.

g) readequação do Projeto Básico em função da necessidade de se incluir neste, atividades relacionadas ao Programa de Fomento do BSM, o que acarretou em um maior tempo para sua elaboração.

Todos os problemas relatados contribuíram para que não fosse possível a publicação da Chamada Pública no ano de 2013, conforme estabelecido na Agenda de Gestão da Superintendência Regional do Espírito Santo.

Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

A formação e capacitação elencada relaciona-se, de certa forma, com todos os problemas e justificativas elencados no item anterior, referente a Assistência Técnica na Superintendência Regional do Espírito Santo, este item não teve condições ser atendido. Acreditamos que a partir do lançamento da chamada, acontecendo a contratação, vislumbramos a resolução deste item.

b) Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Das estratégias de atuação:

Tendo em vista a criação do Programa Minha Casa minha vida que transfere competências para Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e, suspende todas as operações de Concessão de Crédito no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, conforme portaria 352 de 18/06/2013 a atividade de Concessão de Crédito de instalação às famílias assentadas, a partir do exercício de 2013, não mais será realizada no âmbito da Superintendência do Estado do Espírito Santo.

Descrição das atividades desenvolvidas:

Em 2013 foi empenhado recurso no montante de R\$153.000,00, para aplicação de crédito Apoio mulher para 51 famílias no assentamento São Sebastião. De acordo com quadro I tal recurso não foi utilizado pelo fato de ter sido devolvido a sede por não enquadrar na portaria 352 de 18/07/2013. Foram colocados em restos a pagar para o ano de 2013 o valor de R\$ 1198200,00. Deste montante R\$ 9.000,00 foi cancelado e R\$ 799.200,00 do montante foi pago e R\$ 390.000,00 a pagar. Em 2013 referente ao RAP foram atendidas 327 famílias conforme quadro abaixo:

Concessão de créditos Instalação pagos através do RAP :

PROJETO	MODALIDADE	FAMÍLIAS ATENDIDAS
PA Florêncio Tozo	Aquisição de materiais de Construção	10
PA/SÃO SEBATIÃO	Aquisição de materiais de Construção	20
MADRE CRISTINA	Aquisição de materiais de Construção	22
MONTE ALEGRE	Aquisição de materiais de Construção	46
SANTA FÉ	Aquisição de materiais de Construção	03
PALESTRINA	Aquisição de materiais de Construção	03
LUIA TALYULI NETO	Aquisição de materiais de Construção	02
NOVA SAFRA	Aquisição de materiais de Construção	08
SEZÍNIO FERNANDES	Aquisição de materiais de Construção	30
OTAVIANO FREITAS	Aquisição de materiais de Construção	27
SANTA CLARA	Aquisição de materiais de Construção	24
MADRE CRISTINA	APOIO MULHER	12
13 DE MAIO	APOIO MULHER	07
PADRE PEDRO	APOIO MULHER	07
ADÃO PRETO	FOMENTO	39
VALMIR A BARBOSA	FOMENTO	20
FRANQUEZA REALEZA	FOMENTO	06
CHE GUEVARA	FOMENTO	01
RANCHO ALEGRE	FOMENTO	02
FLORENCIO TOZZO	FOMENTO	27
PALESTRINA	FOMENTO	01
CARLOS LAMARCA	APOIO INICIAL	10

Dos principais problemas:

Elencamos como principais problemas: Recolhimento do crédito apoio mulher; reduzidos recursos para fiscalização dos Restos a pagar, demora na conclusão por parte dos assentados dos créditos disponibilizados.

Dos principais resultados:

O principal resultado alcançado no estado do Espírito Santo, no que tange a concessão e a operacionalização de créditos, foi a operação dos créditos inscritos em RAP pagos a empresas fornecedoras de alimentos, materiais de construção e ferramentas disponibilizados aos assentados nos diversos projetos de assentamento do estado do Espírito Santo.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Consideramos como positivas as atividades compreendidas ao longo do exercício 2013, em especial a superação de dificuldades encontradas, alguns obstáculos serão superados através de contatos com entidades representantes nos assentamentos para aplicação dos novos créditos do INCRA para o ano de 2014 através do programa minha casa minha vida.

c) Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Das estratégias de atuação:

Em busca de melhorias na infraestrutura nos assentamentos a Superintendência Regional do Espírito Santo promoveu e teve a intenção de Inserir os assentamentos nos municípios como segmento produtivo e gerador de renda e impostos; daí promoveu-se o envolvimento das Prefeituras municipais na Construção e conservação de estradas vicinais, abertura de platôs para construção das casas mediante a utilização das máquinas doadas pelo MDA às prefeituras com a disponibilização de mão de obras e recursos do município, tal atitude da Superintendência foi destacada como experiências inovadora em 2013.

Descrição das atividades desenvolvidas:

As obras demonstradas abaixo foram executadas através das Prefeituras Municipais, que foram acionadas pelo INCRA/SR-20/ES inicialmente com a promessa de que o INCRA repassaria o óleo diesel através de Termo de Compromisso e posteriormente através de Convênio; no entanto, com a demora de repasse de recursos, a burocracia necessária para a celebração de Convênios, as Prefeituras Municipais resolveram realizar as obras prioritárias com recursos próprios sem a participação de recursos do INCRA/SR-20. Obras somam um total de 402 famílias beneficiadas. Foi pago RS 39.779,45, valor correspondente as diárias para o deslocamento dos técnicos para as atividades elencadas abaixo.

Desta forma a participação do INCRA, para a realização das obras, se deu somente no tocante:

1) contatos com às Prefeituras Municipais visando a celebração de Termos de Compromisso ou Convênios, com as devidas explicações dos benefícios que o PMCMV trará à região e qualidade de vida das famílias de assentados,

2) Georreferenciamento das estradas a serem construídas/recuperadas e abertura dos platôs onde para edificação das habitações rurais,

3) fornecimento de especificações técnicas mínimas que garantam a durabilidade do empreendimento,

4) acompanhamento parcial da execução por parte de técnicos do INCRA, como forma de subsídio técnico.

Construção/Implantação de Estradas Vicinais na extensão de 36,94 km beneficiando 128 famílias e a Recuperação de Estradas Vicinais na extensão de 37,53 km beneficiando 208 famílias.

ITEM	OBRA	UN.	QUANT.	FAMÍLIAS BENEFICIA DAS	EXECUTOR	REPASSE DO INCRA
01	Implantação de estradas vicinais	Km	55,376	128	Prefeituras Municipais	0,00
02	Recuperação de estradas vicinais	Km	32,527	208	Prefeituras Municipais	0,00

Os Projetos de Assentamento trabalhados foram os beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)a saber:

- I. PA Franqueza/Realeza, localizado no município de Ecoporanga/ES, onde foram assentadas 100 famílias,
- II. PA Carlos Lamarca, localizado no município de Nova Venécia/ES, onde foram assentadas 28 famílias,
- III. PA Adão Preto, localizado no município de São Gabriel da Palha/ES, onde foram assentadas 39 famílias,
- IV. PA São Gabriel, localizado no município de São Gabriel da Palha/ES, onde foram assentadas 15 famílias,
- V. PA Valmir Antônio Barbosa, localizado no município de São Gabriel da Palha/ES, onde foram assentadas 20 famílias, e
- VI. PA Sezinio Fernandes de Jesus, localizado no município de Linhares/ES, onde foram assentadas 100 famílias.

Item	Município	Projeto de Assentamento	Obra	Un.	Quant.	Famílias Beneficiadas	Executor	Repasse do INCRA
01	Ecoporanga	Franqueza/Realeza	Implantação de estradas vicinais	Km	30,741	100	Prefeitura Municipal de Ecoporanga	0,00
			Recuperação de estradas vicinais	Km	15,741			
02	Nova Venécia	Carlos Lamarca	Implantação de estradas vicinais	Km	6,235	28	Prefeitura Municipal de Nova Venécia	0,00
			Recuperação de estradas vicinais	Km	5,035			
03	São Gabriel da Palha	Adão Preto	Implantação de estradas vicinais	Km	8,810	39	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha	0,00
			Recuperação de estradas vicinais	Km	8,265			
04	São Gabriel da Palha	São Gabriel	Implantação de estradas vicinais	Km	2,440	15	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha	0,00
			Recuperação de estradas vicinais	Km	3,486			
05	São Gabriel da Palha	Valmir Antônio Barbosa	Implantação de estradas vicinais	Km	7,150	20	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha	0,00
			Recuperação de estradas vicinais	Km	0,00			
06	Sezinio Fernandes de Jesus	Linhares	Recuperação de estradas vicinais	km	Não levantado	100	Prefeitura Municipal de Linhares	0,00

Dos principais problemas:

As obras, segundo informações que chegam à SR-20, foram devidamente executadas pelas Prefeituras Municipais envolvidas com recursos próprios, mas o quantitativo executado, bem como o padrão das mesmas não aferidos diretamente pelos técnicos do INCRA. Ressaltamos, que como não existiu participação financeira do INCRA para a execução destas obras, o INCRA não teria como exercer fiscalização da execução das mesmas. A ausência de recursos diretos do INCRA para infraestrutura implica, de certa forma, na falta de recursos para acompanhamento.

Dos principais resultados:

Inicialmente foi estabelecida uma meta de 96 famílias beneficiadas com obras, graças às parcerias realizadas com as Prefeituras chegamos ao fim do ano totalizamos 402 famílias atendidas.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Consideramos como positivas as atividades empreendidas ao longo do ano de 2013, em especial a superação das dificuldades identificadas e na realização da Inserção de alguns assentamentos no município como segmento produtivo e gerador de renda e impostos. As prefeituras envolvidas estão relacionadas diretamente no cumprimento da meta.

d) Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol

O Plano de Ação - PA do exercício de 2013 previu como limite orçamentário o montante de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), sendo disponibilizados R\$ 97.094,01 (noventa e sete mil, noventa e quatro reais, um centavo), dos quais foram empenhados R\$ 75.519,75 (setenta e cinco mil, quinhentos e dezenove reais, setenta e cinco centavos), sendo pago o total de R\$ 61.119,75 (sessenta e um mil, cento e dezenove reais, setenta e cinco centavos), perfazendo uma execução de 80,93% do valor disponibilizado, ficando inscritos em restos a pagar o total de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), conforme demonstrado no Quadro 2.

A meta física estabelecida no Plano de Ação - PA do exercício 2013 foi de beneficiar 700 (setecentas) famílias sendo, no entanto, beneficiadas o total de 4561 (quatro mil, quinhentos e sessenta e uma) famílias, representando uma execução física de 651,57%, conforme demonstrado no Quadro 1.

Das estratégias de atuação:

Para execução da Ação Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol na SR(20), baseando-se em reuniões e visitas realizadas pelos servidores da Superintendência no ano de 2012 (levantamento da demanda), foram definidos assentamentos prioritários para atendimento, a saber, os PA's Valdício Barbosa, Travessia, Celestina, Paulo Vinhas, Tomazzini, Florestan Fernandes e Santa Fé. Ainda, priorizou-se financiar os principais eventos que ocorressem no ano de 2013, de acordo com as demandas que fossem apresentadas pelas entidades representativas.

Descrição das atividades desenvolvidas:

Ao longo do exercício de 2013 a Ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol teve como objetivo principal contribuir para iniciativas relacionadas à agregação de valor às atividades desenvolvidas em assentamentos capixabas, valorizando as características regionais e priorizando a participação de mulheres e jovens. Também buscou-se atender as entidades representativas dos assentados e assentadas, orientando a elaboração de propostas para captação de recursos de programas governamentais atinentes à comercialização e agregação de valor à produção agropecuária, a exemplo do Terra Forte, da Secretaria Geral da Presidência da República.

No âmbito da Superintendência Regional do Estado do Espírito Santo – SR-20/ES, os recursos orçamentários foram utilizados para contratação de empresas de prestação de serviços necessários à: realização da IX Feafes (Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do ES) e da atividade de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013-2014; e contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração de projetos arquitetônico, estrutural (inclusive fundações), hidráulico, cobertura e elétrico (todos em nível de projeto executivo), cadernos de especificações técnicas, memorial descritivo completo, lista de materiais, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, todos destinados à construção de Unidades de Beneficiamento de Café e Pimenta de Reino no estado do Espírito Santo.

Dos principais problemas:

O principal problema encontrado foi a insuficiente disponibilidade e acesso a extensionistas e outros profissionais capacitados para atender os assentamentos. Este fato agrava-se quando se considera que a norma de execução da Ação delega a atribuição de elaboração de propostas às entidades proponentes, contribuindo para dificultar, ainda mais, que servidores do INCRA executem a tarefa. Tais razões explicam a debilidade das propostas apresentadas à SR(20) no ano de 2013.

Foram encontrados, ainda, problemas quanto a infraestrutura dos assentamentos (precariedade de galpões, rede elétrica, abastecimento de água e estruturas para a logística de transporte de produtos), que representaram empecilhos concretos para a viabilização de projetos.

Outra dificuldade real consistiu na omissão de agentes públicos e outros segmentos da sociedade, no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos de assentamentos de reforma agrária, reflexo da estrutura social conservadora ainda persistente no estado do Espírito Santo.

Dos principais resultados:

O principal resultado alcançado ao longo do exercício de 2013 foi o apoio aos eventos relacionados à comercialização nos assentamentos (IX Feafes e lançamento do Plano Safra). Também foram realizados vários contatos com assentados e agentes públicos para apresentação, orientação e levantamento da demanda para a Ação de Fomento à agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol. A participação em atividades relativas ao PAA, PNAE e outras também foram importantes para divulgar o programa.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Todas as famílias assentadas do estado foram atendidas nesta Ação, uma vez que a IX Feafes é aberta à participação de todos os assentamentos, contribuindo para a promoção das atividades de comercialização e agroindústria, de modo geral. Em que pese o custo por família ter sido extremamente baixo (R\$ 13,40) no ano de 2013, deve-se ressaltar que o cumprimento dos objetivos da Ação ainda está muito distante, o que deverá elevar, significativamente, o custo nos próximos anos, já que várias demandas têm se acumulado ao longo do tempo.

e) Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

Foi disponibilizado para Supervisão e Fiscalização de Créditos Concedidos em 2013 Na ação 211A – Supervisão Ocupacional e fiscalização de Projetos de Assentamentos o montante de R\$ 69.449,09. A despesa liquidada foi de R\$ 68.874,43, correspondendo 99,19 % do disponibilizado,

Das estratégias de atuação:

A principal estratégia de atuação foi a atuação da equipe perante aos normativos viabilizando maior segurança na aplicação de créditos e consequentemente na redução dos problemas que anteriormente ocorriam na execução da atividade.

Descrição das atividades desenvolvidas:

A equipe elencada para realização das fiscalizações é composta de 04 servidores do órgão e realizaram ao longo do ano as seguintes atividades relacionadas com os créditos:

- a. Reunião inicial de adesão aos créditos;
- b. Supervisão da entrega dos materiais adquiridos através das diferentes modalidades de crédito;
- c. monitoramento e fiscalização da execução das obras em andamento de exercícios anteriores
- d. Acompanhamento na implantação dos projetos produtivos financiados pelos créditos apoio inicial em Fomento.

Dos principais problemas:

O principal problema encontrado foram as restrições orçamentárias impostas pela portaria nº 268 de 30/07/2013, que limitou os valores a serem empenhados com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do poder executivo. A falta de mais recursos na fiscalização, impediu que mais casas fossem pagas, haja vista que, a liberação de parcelas de pagamento de notas fiscais e recibos dependem da fiscalização. Elencamos também como problema a demora na conclusão das casas por parte dos assentados dos créditos disponibilizados e número reduzido de servidores para a execução da fiscalização.

Dos principais resultados:

Temos como resultado principal um maior controle no acompanhamento dos recursos pagos, e mesmo com restrições orçamentárias os resultados são considerados satisfatórios, levando em consideração que todos os créditos aplicados devem ser acompanhados e supervisionados

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Consideramos positivo o resultado alcançado.

e) Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

Na ação 211A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamentos a despesa liquidada ao longo do ano de 2013 foi de R\$ 53.820,07, correspondendo a 99,5% dos valores provisionados para o ano, demonstrando a capacidade de aplicação da Unidade dos recursos destinados à finalidade. Comparando-se o volume de recursos liquidados com a execução física da ação, obtemos um valor médio de R\$ 204,63 por lote ou parcela vistoriada/supervisionada, relativamente alto em comparação aos valores médios de referência para planejamento da ação. Esse gap de eficiência é um dos maiores desafios para a ação nos próximos exercícios. Nesse sentido, uma estratégia a ser adotada é estabelecer áreas (assentamentos ou microrregiões) prioritárias para a execução das atividades, concentrando recursos financeiros e materiais, fortalecendo a presença institucional do INCRA e estabelecendo parcerias com as respectivas prefeituras e Procuradorias (MPF e MPE) nos municípios.

Demonstração dos resultados das ações:

Para o exercício de 2013 foram previstas a vistoria/supervisão ocupacional de 100 parcelas ou lotes de reforma agrária nos assentamentos sob jurisdição da SR. A meta foi ultrapassada em 163 parcelas/lotes, totalizando 263 áreas vistoriadas/supervisionadas, 2,6 vezes o previsto inicialmente. No entanto, cabe ressaltar que a execução da ação ao longo do ano foi bastante irregular, concentrando-se sobretudo nos meses de maio e junho (236 parcelas/lotes supervisionados). Nesses meses foram desenvolvidas atividades concentradas em determinados projetos de assentamento, provocadas pelo Ministério Público Federal ou realizadas em parceria com este. Uma estratégia de ação que mostrou ser bastante frutífera e que pretende-se repetir e estender a outras áreas nos próximos exercícios. Outro fator que contribuiu para a alternância de períodos de maior e menor atividade na ação foi a irregularidade no repasse dos recursos provisionados, especialmente no segundo semestre de 2013. A ausência de contratos de prestação de serviços de assistência técnica (ATER) em vigor na SR, desde dezembro de 2012, também reduz a capacidade operacional de supervisão dos assentamentos. Para o exercício de 2014 a meta física para a ação foi reajustada para 200 parcelas/lotes vistoriados/supervisionados.

Das estratégias de atuação:

A estratégia de atuação se deu, basicamente, pela demanda represada de anos anteriores. Tivemos ainda, cobrança de ação por parte do Ministério Público Federal.

Dos principais problemas:

Os principais problemas enfrentados pela Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo – SR/20 nas atividades de Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento foram as restrições orçamentárias impostas pela Portaria Nº 268 de 30/07/2013, que limitou os valores a serem empenhados com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo e, ainda, a escassez de servidores lotados no serviço de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento desta Superintendência.

Outro problema detectado refere-se nas dificuldades de aplicação do instrumento normativo, no caso a IN 71. De certa forma, o presente instrumento normativo veio facilitar a regularização de parcelas, mas os trâmites por ela exigidos principalmente no que tange aos procedimentos de notificação produziu diversos desdobramentos, pois, muitas das vezes os recursos disponibilizados não tiveram o alcance necessário, haja vista que os ritos dos processos exigiam mais recursos para atender as sucessivas notificações exigidas, tendo o INCRA que adequar-se à escassez de recursos e a equipe técnica buscar meios alternativos de realização de notificação para dar sequência ao andamento dos processos.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Podemos dizer que ultrapassamos, deve-se em parte às demandas apresentada pelo Ministério Público Federal, onde assim conseguimos mais recursos para realizar os trabalhos de campo. Contudo, consideram-se tímidos os trabalhos realizados frente a demanda existente no Estado do Espírito Santo.

f) Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Das estratégias de atuação:

O plano de atuação – PA Previu R\$ 16.976,09 para a ação qual teve o total pago em 2013 de R\$ 16.418, 75. para o atendimento de uma demanda de 46 parcelas. Um montante de R\$ 27199,68 foi disponibilizado para conclusão dos serviços com os recursos do RAP\2013. Os

recursos de ambos os serviços foram provenientes da Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos desta Superintendência Regional. Foram inscritos em RAP 2013.

Descrição das atividades desenvolvidas:

No ano de 2013, os únicos serviços de Georreferenciamento executado pela Superintendência Regional do Espírito Santo, foram realizados pelo Setor de Cartografia que foi o serviço de georreferenciamento de 11 parcelas do Projeto de Assentamento Verino Sossai (por execução direta) localizado no município de Montanha, e a fiscalização, por servidores lotados no Setor de Cartografia da SR(20) dos serviços de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral e georreferenciamento do PA Franqueza Realeza localizado no município de Ecoporanga em 120 parcelas, cuja execução foi licitada no ano de 2010, sendo concluída em 2013. O serviço de cartografia também participou na demarcação de 03 áreas para destinação de áreas sociais em projetos de assentamento.

Dos principais problemas:

- I. A limitação de recursos para a execução da meta.
- II. Em 2013 faltaram aparelhos de georreferenciamento mais modernos para maior alcance dos trabalhos na execução direta
- III. número reduzido de servidores habilitados e treinados no setor de cartografia.

Dos principais resultados:

Demarcação de 11 parcelas através de execução direta (demarcação realizada por servidores da instituição) e fiscalização para conclusão da demarcação das 120 parcelas do assentamento Franqueza e Realeza. Processo encerrado. O serviço de execução direta, representa, de certa forma economia e otimização dos recursos, uma vez que não se faz necessário a realização de fiscalização.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Na ação de demarcação topográfica os recursos disponibilizados não foram suficientes para a execução direta de toda a meta, ou seja, só foi possível a realização de execução direta de somente 11 parcelas com os recursos disponibilizados. Para 2014 contamos com novos aparelhos que chegaram ao fim de 2013 para uma melhor otimização dos trabalhos a serem realizados.

g) Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Das estratégias de atuação:

A principal finalidade da presente ação é transferir domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da Reforma Agrária, inicialmente é realizada a titulação provisória através da expedição de contrato de Concessão de Uso- CCU que é um documento regido por cláusulas resolutivas, Os títulos também são outorgados sob condições resolutivas. Conforme o Plano de Ação 2013, a meta para a SR-20/ES referente ao Tema Regularidade Ambiental e Fundiária, Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, Ação Orçamentária 211A Desenvolvimento de Assentamentos Rurais, Plano Orçamentário PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rural em Projetos de Assentamento.

Descrição das atividades desenvolvidas:

Expressa em Número de documentos expedidos, era 63 (sessenta e três), tendo sido programado R\$ 1.260,00 para cobertura de despesas correntes no exercício. Durante o ano de 2013 foram emitidos e publicados 118 Contratos de Concessão de Uso para beneficiários do Programa

Nacional de Reforma Agrária. Foram ainda firmados dois Contratos de Cessão de Uso e um Contrato de Concessão de Uso, conforme disposto na Norma de Execução N°33, de 14 de julho de 2003, cujos extratos foram publicados no Diário Oficial da União no mesmo ano. Assim, conclui-se que a Meta foi superada em aproximadamente 90%, entretanto podemos listar algumas dificuldades enfrentadas na SR-20/ES para a efetivação dessas cessões de uso:

Dos principais resultados:

Emissão de 118 Contratos de Concessão de Uso.

Dos principais problemas:

I. Escassez de recursos orçamentários para entrega dos Contratos assinados por beneficiários PNRA e levantamentos em nível de campo;

II. Inexistência de informações básicas em diversos assentamentos, como por exemplo, numeração de lotes, bem como dados cadastrais básicos das famílias assentadas no SIPRA;

II. No que se refere às ações referentes às cessões de uso de que trata a N.E. N°33/2003 faz-se necessário descentralizar recursos para a execução desta atividade, tendo em vista que existem mais de 80 processos em andamento na SR que precisam de desfecho. Os principais serviços a serem executados são levantamentos topográficos e coleta de informações para elaboração de Laudos de Vistoria e Avaliação. Vale destacar que embora a meta tenha sido superada para o exercício de 2013, isso só ocorreu devido ao aproveitamento de viagens para outros fins.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

A meta inicialmente estabelecida foi Superada em 90 %.

h) Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)

Informamos que o recurso referente a R\$ 3.224,47 foi destinado a pagamento de diárias à servidores que participaram do Encontro de Asseguradores do PRONERA.

I. Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Não foram apresentados projetos e demandas para exercício de 2013.

II. Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Não foram apresentados projetos e demandas para exercício de 2013.

3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

Diagnóstico, por microrregião da jurisdição da SR, do déficit de infraestrutura (água, energia, estradas, assistência técnica, etc.) necessária para consolidação e emancipação dos projetos de assentamento; estratégia e ações adotadas no exercício para enfrentar o déficit de infraestrutura, bem como demonstração dos objetivos e das ações planejadas para esse fim a serem atingidos nos exercícios seguintes, considerando a vigência do PPA 2012-2015.

Com a publicação do Decreto Nº 4.873 de 11/11/2003, que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, foi constituído um Comitê Gestor Local onde esta Superintendência apresenta a demanda dos Assentamentos, e assim tem sido procedido.

O programa Minha Casa Minha Vida ainda em fase inicial no Estado conta com o apoio desta SR para operacionalização dos Créditos nos assentamentos, os contatos com associações e a divulgação dos Programa estão sendo realizados, os processos estão em andamento em alguns assentamentos onde estão sendo disponibilizadas as Relações de Beneficiários para o Programa Minha Casa Minha Vida estão sendo expedidas para as entidades que estão se apresentado no INCRA para a operacionalização do Programa.

Com todos os problemas enfrentados por esta Regional no último contrato de assistência técnica nos assentamentos, já citados em item anterior, estamos contando com a colaboração do INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural), que vêm ajudando muito os assentados deste Estado.

Como os recursos voltados para infraestrutura deste Estado estão cada ano mais escassos, estamos trabalhando em parceria com as Prefeituras Municipais. Estas prefeituras receberam do Ministério de Desenvolvimento Agrário, através do PAC 2, máquinas e equipamentos para serem utilizados na agricultura familiar, assim entramos com auxílio técnico de descrição das atividade e orientação da forma que se deve ser realizada a atividade e eles executam sem nenhum custo ao INCRA.

Ao fim do ano de 2013 Auxiliamos a Prefeitura Municipal de Montanha/ES a conveniar com o MDA, através do Chamamento Público do Proinf, na construção de barragens para captação de água para consumo e produção no Projeto de Assentamento Adriano Machado para construção de 08 barragens com valores orçados de R\$ 1.417.379,43. Tal projeto devidamente executado resolverá o problema do assentamento no que tange o abastecimento de água.

Com o surgimento da chamada pública 2014 para infraestrutura os novos assentamentos terão a oportunidade, caso os projetos básicos forem aprovados, de resolver os problemas de infraestrutura básica nos projetos de assentamento. Destarte, a Superintendência Regional do Estado do Espírito Santo continuará buscando alternativas junto às Prefeituras Municipais para resolver e solucionar problemas de infraestrutura que afligem os assentamentos do estado.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

Confrontando as metas com o que foi realizado entendemos que a maioria das metas foram Superadas, para o próximo exercício, tomando como referencia o realizado vislumbramos um aumento do número de famílias atendidas nas diversas ações para 2014, ou seja os números indicam a necessidade da ampliação das metas. Ao que se refere à Supervisão Ocupacional nos projetos de assentamentos esta Superintendência através da divisão de Desenvolvimento vem trabalhando de forma efetiva no combate a venda de lote e ocupações irregulares.

As práticas de Supervisão vem combatendo, de certa forma, mesmo com recursos reduzidos, as invasões de áreas de preservação permanente e reserva legal, em conjunto com ministério público e Policia federal, a SR (20) não tem poupado esforços para atuar no controle da esfera ambiental dos assentamentos.

Os números apresentados de Supervisão ocupacional realizados por esta Superintendência em 2014 são razoáveis, A IN 71/2012 de certa forma apresentou alternativa para regularização de terras ocupadas ilegalmente, mas o processo de supervisão precisa ser ampliado para ter um a maior alcance em 2014.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

O processo de emancipação ocorre através de ato do INCRA, observadas as determinações legais e regulamentares, em especial a norma de execução 09 de 06/04/2001, dentre essa nova condição o projeto poderá ser emancipado. A SR-20 ao longo do exercício de 2013 não elaborou planos para consolidação de projetos, contudo houve discussões de problemas relacionados, como por exemplo a falta de titulação dos assentamentos no estado, que é um dos requisitos para emancipação de Projetos de Assentamento. A conclusão de infraestrutura em alguns assentamentos também tornou-se um entrave para emancipação.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

As principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade das informações que se referem às atividades de desenvolvimento de projetos de assentamento no Estado do Espírito Santo, também que seja garantido o alinhamento da estrutura operacional com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos que estes gestores buscam periodicamente atualizar as informações junto aos atores envolvidos nas atividades, passando por análise, reuniões, conferências e revisões para atualização de dados e monitoramento das ações.

3.3.6 Indicadores

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	Zero
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	Zero
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	= 143 / 15 x 100 = 953%
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233.	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	-
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	Zero
				Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	

Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	$= 263 / 4.020 \times 100 = 6,54\%$
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	Zero

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Este item não se aplica à SR20/ES.

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

Não houve prestação do serviço de Assistência Técnica Rural nos Projetos de Assentamento, nesta Superintendência Regional durante o exercício de 2013.

3.3.9 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Este item não se aplica à SR20/ES.

4. Prestação Direta de Serviços ao Público

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA utiliza dois sistemas oficiais para registrar a entrada dos atendimentos externos, denominados Sistema de Protocolo de Processos - SISPROT utilizado para protocolar os processos administrativos formalizados; e o Sistema de Protocolo de Documentos - SISDOC com a finalidade de registrar os documentos em geral, como por exemplo requerimentos, declarações, memorandos e ofícios.

Os referidos sistemas não oferecem números precisos quanto ao atendimento às solicitações protocoladas, pois não emitem relatórios que possam indicar de forma estratificada se houve ou não solução ao requerido.

No exercício de 2013 a Sala do Cidadão atendeu aproximadamente 300 pessoas por mês entre recepção/expedição de documentos, orientações e encaminhamentos. Tendo recepcionado 866 declarações para cadastro de imóvel rural e expedido 1875 certidões para beneficiários e ex-beneficiários da reforma agrária.

I. Quantidade de processos distribuídos para análise.

Ao longo do exercício de 2013 a Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo – SR-20/ES formalizou 1812, processos esses somados ao acervo já existente na Superintendência que continuam em trâmite e distribuídos para análise.

II. Quantidade de processos finalizados

A Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo - SR-20/ES não contabiliza número de processos finalizados, situação decorrente de diversas razões, em especial por esses estarem pulverizados nos setores, ou seja, não há estabelecimento de que todo processo finalizado deve seguir para um específico local, o que facilitaria a sua quantificação.

III. Metas estabelecidas para o exercício em análise e exercício seguinte

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA não estabelece anualmente metas ou identifica os resultados a serem obtidos no atendimento ao público externo, o que ocorre conforme demanda.

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

As principais atividades de controle para assegurar a fidedignidade das informações dos registros informatizados referentes a Sala de Cidadania e Protocolo, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo - SR-20/ES com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos são reuniões, esclarecimentos acerca do pretendido, conferências e revisões das informações.

5. Gestão de Pessoas

5.1 Distribuição de servidores

Demonstração da distribuição de servidores entre as coordenações e postos avançados da Superintendência.

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS ENTRE AS DIVISÕES	SERVIDOR	PERCENTUAL
ÁREA MEIO	27	34,18
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	16	20,25
GABINETE	9	60,00
PROCURADORIA JURÍDICA	2	13,33
ÁREA FIM	52	65,82
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJ. ASSENTAMENTO	21	26,58
DIVISÃO DE ORDENAMENTO ESTRUT. FUNDIÁRIA	15	18,99
DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS	16	20,25
TOTAL	79	100,00

FONTE: SIAPE

SERVIDORES EFETIVOS ENTRE ÁREA DE ATUAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE						
ÁREA FIM			ÁREA MEIO			TOTAL
NI	NS	% TOTAL	NI	NS	% TOTAL	
14	38	65,8%	14	13	34,2%	79
17,7%	48,1%	-	17,7%	16,5%	-	100,0%

FONTE: SIAPE

5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

Em consonância com a Portaria Normativa nº 03, de 25/03/2023, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2013 foi aplicada ao conjunto de servidores enquete/pesquisa sobre promoção à saúde. Tal pesquisa foi elaborada pela UFES/ES, por meio do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS/UFES/ES). Os dados coletados serviram para formular projetos de promoção à saúde, resultando em oferta de 3 eventos, a saber: “Preparação para Aposentadoria”, “Em Dia com a Saúde” e Princípios e Procedimentos em Perícia e Promoção à Saúde”.

Esse ponto será tema de estudos técnicos especializados pelo INCRA Sede, de forma a melhorar a aferição de tais informações

5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

No âmbito do INCRA o programa de desenvolvimento de pessoal ocorre com a efetiva participação das Diretorias e Superintendências Regionais à luz das diretrizes estratégicas, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas pelas unidades responsáveis pelos macroprocessos. Em 2013 foram oportunizados 45 eventos, abrangendo à 129 servidores, compreendendo neste quantitativo 9 cursos de pós-graduação. A SR(20) através das ações de capacitação busca melhorar as práticas e rotinas

com a integração de conhecimentos, habilidades e atitudes com respostas mais rápidas às necessidades e impactos positivos no desempenho Institucional.

5.4 Recursos humanos da unidade

Seguem Informações sobre recursos humanos da unidade: Composição do quadro de servidores ativos; Composição do quadro de estagiários; Custos associados à manutenção dos recursos humanos; Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços; demonstrativo de atos de admissão, desligamento e concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício; perspectivas de aposentadorias no médio prazo e estratégia de recomposição de pessoal; indicadores gerenciais (item 5.4.8) sobre recursos humanos, no mínimo, no que se referir a:

- Índice de abrangência de capacitação;
- Índice de horas de capacitação.

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos	Egressos no
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	81	81	6	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	81	81	6	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	80	80	4	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	1	3
2. Servidores CLT (Anistiados)	8	8	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	90	90	6	13

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Regime de Proventos / Regime de	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	71	8
81.1 Voluntária	64	8
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	7	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	25	0
2.1 Voluntária	24	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	96	8

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DA DADOS

Observações: 7 aposentadorias ocorridas em dezembro/13 registradas após o fechamento da folha de pagamento

Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	31	2
1.1. Integral	29	2
1.2. Proporcional	2	0
2. Em Atividade	7	0
3. Total (1+2)	38	2

Fonte: SIAPE

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	7	6	7	8	R\$37.217,67
1.1 Área Fim	2	3	3	3	R\$14.533,13
1.2 Área Meio	5	3	4	5	R\$22.684,54
2. Nível Médio	4	3	4	4	R\$12.983,13
2.1 Área Fim	3	2	3	3	R\$8.968,22
2.2 Área Meio	1	1	1	1	R\$4.014,91
3. Total (1+2)	11	9	11	12	R\$50.200,80

Fonte: SIAPE

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos	R\$5.613.183,36	R\$218.033,67	R\$497.354,45	R\$155.905,82	R\$1.048.530,06	R\$437.407,05	R\$1.049,17	R\$9.047,73	R\$29.383,26	R\$8.009.894,57
Servidores Celetistas					R\$30.284,70					R\$30.284,70
Servidores com Contratos Temporários										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior	R\$40.573,98	R\$6.222,94			R\$8.818,96					R\$55.615,78
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas	R\$15.576,20									R\$15.576,20
Fonte:										

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante										
Nome:										
UG/Gestão:					CNPJ:					
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores			Situação do Contrato
							F	M	S	
2011	5	O	ES/33/2011	04.268.943/0001-	29/12/2011	28/12/2014		16		P
2008	12	O	ES/05/2008	05.276.664/0001-	13/06/2008	12/06/2013	8			E
2013	12	O	ES/13/2013	14.932.134/0001-	17/06/2013	16/06/2014	8			A
2012	4	O	ES/15/2012	11.237.497/0001-	24/10/2013		1			P
2010	12	O	ES/07/2010	07.855.231/0001-	01/07/2010			2		P
2011	9	O	ES/35/2011	30.964.795/0001-	26/12/2011		1			P
2013	1	O	ES/18/2013	08.030.075/0001-	01/12/2013			9		P
Observações:										
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.					
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S)					
1. Segurança;			7. Telecomunicações;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E)					
2. Transportes;			8. Manutenção de bens móveis		Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente					
3. Informática;			9. Manutenção de bens imóveis							
4. Copeiragem;			10. Brigadistas							
5. Recepção;			11. Apoio Administrativo – Menores							
6. Reprografia;			12. Outras - Limpeza							
Fonte: Div. Administração SR20/ES										

O Quadro acima compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2013, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2013, mesmo que não efetivados no exercício.

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	0
Desligamento	2
Concessão de aposentadoria	8
Concessão de pensão	2
Total	12

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

PERSPECTIVA DE APOSENTADORIAS CONSIDERANDO IDADE LIMITE

2014		2015			2016			2017			2018			TOTAL (2014/2018)	% - TOTAL (2014/2018)	2019 EM DIANTE	TOTAL
QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%	SALDO	QTDE	25%				
6	2	5	5	2	7	2	2	7	2	2	7	1	2	10	20,3%	63	79
6	2	5	5	2	7	2	2	7	2	2	7	1	2	10	42,6%	63	79

Observação: QTDE = Quantitativo de servidores que completaram idade limite para aposentadoria (Homem/60 anos e Mulher/55 anos)

O demonstrativo da prospecção de aposentadorias no INCRA indica que 1.305 servidores atingiram, no mínimo, em 31/12/13, a idade limite para aposentadoria (homem = 60 anos e mulher = 55 anos). Em decorrência, estima-se que aproximadamente, no período de 2014 a 2018, aproximadamente 300 servidores devem anualmente solicitar aposentadoria. Este quantitativo corresponde a aproximadamente a 5,5% da força de trabalho (ocupantes de cargos efetivos). O demonstrativo também indica que é mais preocupante a situação das seguintes unidades: SR-01/PA (UPAG 418), SR-02/CE (UPAG 442), SR-05/BA (UPAG 503), SR-12/MA (UPAG 650), SR-14/AC (UPAG 705), SR-15/AM (UPAG 735), SR-17/RO (UPAG 792), SR-18/PB (925), SR-21/AP (UPAG 885), SR-26/TO (UPAG 989), SR-27/MBA (UPAG 1012), SR-28/DFE (UPAG 1037) e SR-30/STM (UPAG 1077). Nas unidades citadas o quantitativo de servidores que já completaram, no mínimo, a idade limite de aposentadoria é próximo de 30%. Como alternativa para a recomposição da força de trabalho, considerando que o último concurso público realizado pelo INCRA expirou em 30/12/13, no presente exercício será encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) solicitação de autorização para a realização de concurso público, com vistas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 18: indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação em face de todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (5.504) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	129/5.504*100 = 2,34
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	4.102/129 = 34,80

5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES

UNIDADE	UPAG	ÁREA FIM			ÁREA MEIO			TOTAL	% TOTAL
		NI	NS	% TOTAL	NI	NS	% TOTAL		
SR-01/PA	000000418	90	73	68,5%	54	21	31,5%	238	4,5%
SR-02/CE	000000442	42	63	58,3%	51	24	41,7%	180	3,4%
SR-03/PE	000000462	66	60	58,3%	66	24	41,7%	216	4,1%
SR-04/GO	000000483	44	54	60,5%	40	24	39,5%	162	3,0%
SR-05/BA	000000503	52	84	71,6%	34	20	28,4%	190	3,6%
SR-06/MG	000000526	38	68	76,3%	16	17	23,7%	139	2,6%
SR-07/RJ	000000546	20	52	64,3%	18	22	35,7%	112	2,1%
SR-08/SP	000000567	23	65	68,2%	25	16	31,8%	129	2,4%
SR-09/PR	000000587	50	53	76,3%	17	15	23,7%	135	2,5%
SR-10/SC	000000609	20	42	70,5%	14	12	29,5%	88	1,7%
SR-11/RS	000000630	27	47	66,1%	14	24	33,9%	112	2,1%
SR-12/MA	000000650	129	54	67,3%	51	38	32,7%	272	5,1%
SR-13/MT	000000675	181	67	74,7%	64	20	25,3%	332	6,2%
SR-14/AC	000000705	121	40	64,9%	72	15	35,1%	248	4,7%
SR-15/AM	000000735	116	50	74,4%	37	20	25,6%	223	4,2%
SR-16/MS	000000766	73	72	73,2%	24	29	26,8%	198	3,7%
SR-17/RO	000000792	178	34	75,4%	56	13	24,6%	281	5,3%
SR-18/PB	000000825	25	47	63,2%	31	11	36,8%	114	2,1%
SR-19/RN	000000845	36	40	67,3%	22	15	32,7%	113	2,1%
SR-20/ES	000000865	14	38	65,8%	14	13	34,2%	79	1,5%
SR-21/AP	000000885	27	21	52,2%	28	16	47,8%	92	1,7%
SR-22/AL	000000905	17	24	59,4%	15	13	40,6%	69	1,3%
SR-23/SE	000000925	21	32	61,6%	22	11	38,4%	86	1,6%
SR-24/PI	000000945	24	57	68,1%	18	20	31,9%	119	2,2%
SR-25/RR	000000965	38	22	59,4%	33	8	40,6%	101	1,9%
SR-26/TO	000000989	70	45	70,1%	27	22	29,9%	164	3,1%
SR-27/MBA	000001012	86	55	73,4%	25	26	26,6%	192	3,6%
SR-28/DFE	000001037	48	28	69,7%	27	6	30,3%	109	2,0%
SR-29/MSF	000001057	26	32	69,9%	15	10	30,1%	83	1,6%
SR-30/STM	000001077	77	50	76,0%	21	19	24,0%	167	3,1%
SEDE	000001089	71	94	38,6%	136	126	61,4%	427	8,0%
SRFA	000001092	74	67	89,8%	12	4	10,2%	157	2,9%
TOTAL		1.924	1.630	66,7%	1.099	674	33,3%	5.327	100,0%
% TOTAL		36,1%	30,6%	-	20,6%	12,7%	-	100,0%	-

As gestão sobre a distribuição de servidores por Superintendência Regional, assim como a reposição dos de mão de obra estão sujeitas À decisão do INCRA SEDE.

6.Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

No exercício de 2013 não foram firmados novos convênios, nem houve o recebimento de transferências nas modalidades descritas nos quadros 19 e 20, portanto, não há dados a informar.

Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte:

Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome:			
CNPJ:		UG/GESTÃO:	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar		
	A comprovar		
	Total		
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar		
	A comprovar		
	Total		

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR em contas contábeis pertinentes, de forma a evidenciar a totalidade desses imóveis no Balanço Patrimonial da Autarquia, levando-se em consideração o que determina os subitens 9.2.6; 9.2.6.1; 9.2.6.2 e 9.2.6.3 do Acórdão nº 557/2004 – TCU/Plenário, a seguir discriminados:

- a) os imóveis desapropriados e que ainda pertencem à Autarquia devem ser registrados em contas específicas do ativo real, discriminando a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

Abaixo estão demonstrados os registros no ativo real do INCRA em 31/12/2013:

1.4.2.1.1.02.00 GLEBAS E FAZENDA → 16.189.247,48 D

1.4.2.1.1.21.04 AMAZENS/GALPÕES → 62.164,41 D

1.4.2.1.1.22.64 IMÓVEIS A REGISTRAR DESTINADOS A R. AGRÁRIA → 14.759.156,01 D

1.4.2.1.1.80.00 ESTUDOS E PROJETOS → 98.888,00 D

1.4.2.1.1.91.00 OBRAS EM ANDAMENTO → 42.522,85 D

- b) os imóveis já transferidos aos assentados mas que podem ser revertidos ao domínio da Autarquia em decorrência de cláusulas contratuais de reversão devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com controle, em conta-corrente, dos beneficiários;

No exercício de 2013 não houve registro de transferência de domínio de imóveis a assentados e/ou reversão destes à Autarquia.

- c) os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis.

No exercício de 2013 não houve registro de investimentos e inversões financeiras.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

Segue a demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, contemplando as seguintes informações:

a) Sobre os saldos:

- i. saldo da conta contábil em 31/12;
1.2.2.3.1.00.00 EMPRESTIMOS CONCEDIDOS 41.549.128,27 D
1.2.2.4.9.10.00 CREDITOS A RECEBER DE PARCELEIROS 53.324.306,25 D
- ii. saldo vencido até o exercício de referência do relatório;
Valores remetidos pela Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013.
- iii. valor total das parcelas cujo vencimento se deu no exercício de referência;
Valores remetidos pela Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013.
- iv. valor total dos créditos recebidos no exercício.
Nenhum valor foi recebido. Valores remetidos pela Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013.

b) sobre o tratamento da inadimplência:

- i. quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980;
Não houve inscrições em Dívida Ativa da Fazenda Nacional pelo órgão competente conforme cita a Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980.
- ii. quantidade de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.
Não houve inscrições em Dívida Ativa da Fazenda Nacional pelo órgão competente conforme cita a Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980.

c) sobre a evidenciação contábil:

- i. critérios para a qualificação do crédito quanto às perspectivas de efetivo recebimento;
Montante registrado em conta contábil retificadora específica relativo à provisão para créditos de liquidação duvidosa, em decorrência da qualificação de que trata o item anterior.
Não houve lançamento de provisão para crédito duvidosos no exercício de 2013.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

O controle se dá pelo registro contábil dos atos e fatos que são enviados por meios de processos ao setor de contabilidade, pela consulta prévia ao CADIN e SICAF pela conferência de dados constantes dos autos e pela análise da legislação em vigor.

7.Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

7.1Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

A Auditoria Interna está inserida exclusivamente na estrutura do INCRA/SEDE em Brasília. Seguem abaixo informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos:

Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

Os principais instrumentos de controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Superintendência Regional no Espírito Santo são: Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR, Plano de Ação e Trabalho, Controle de Ordens de Serviço, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, Cronograma de desembolso, controle de processos e controle de diárias.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

Os principais controles instituídos pela Superintendência Regional no Espírito Santo visando assegurar a fidedignidade das informações dos registros informatizados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e corporativos da administração pública federal são as revisões e conferências das informações.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos

Ao longo do exercício de 2013 não foram realizados trabalhos de controles para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.2.3.1.00.00, respectivamente, situação essa que será sanada com o cumprimento ao estabelecido na Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

Não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais (TCE) pela Superintendência do Espírito Santo no exercício de 2013.

8.Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

8.1Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

Não houve determinações do TCU no exercício de 2013

8.2Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

Não houve determinações do TCU no exercício de 2013

9.Ouvidoria

9.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.

A estratégia de atuação realizada no âmbito da Ouvidoria Agrária Regional é realizar atividades conforme demanda, buscando a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em ações conjuntas com as demais entidades que atuam na questão.

Descrição das atividades desenvolvidas:

As principais atividades realizadas foram:

- I. Participação na Prevenção, Mediação e Evitar conflitos agrários com objetivo de promover negociações entre as partes envolvidas;
- II. Acompanhamento em ação de reintegração de posse;
- III. Participação na Coordenação do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH;
- IV. Reunião com representantes de Movimentos Sociais, Associações Rurais e ainda nos fóruns da Justiça Federal;
- V. Ação de distribuição de cestas de alimentos a famílias de trabalhadores rurais sem terras acampadas em diversos municípios do Estado.

Dos principais problemas:

Os principais problemas enfrentados foram as ocupações de áreas e da sede da Superintendência reivindicando agilidade nos processos de desapropriação que aguardam decisão judicial.

Dos principais resultados:

A atuação da Ouvidoria Agrária Regional tem conseguido de forma exitosa evitar o agravamento dos conflitos agrários existentes no estado, através da constante negociação e do envolvimento dos demais órgãos tais como: Defensoria Pública da União, Centro de Defesa de Direitos Humanos, Procuradoria Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal e Estadual, Conselho Estadual de Direitos Humanos dentre outros.

Da análise sobre o alcance ou não das metas:

Para as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Agrária Regional não são estabelecidas metas, contudo se consideram positivos os trabalhos desempenhados, principalmente nos diagnósticos dos conflitos, participação nas conciliações com as partes envolvidas, ações diretas com o acompanhamento de policiais militares, civis e federais.

Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria

A Superintendência Regional do INCRA no Espírito Santo – SR(20)ES, por diversos motivos não contabiliza de forma sistemática os atendimentos realizados pela Ouvidoria, sendo mesmos diluídos nos atendimentos gerais. Além dos atendimentos são realizadas as entregas de cestas básicas que totalizaram 7284 no exercício de 2013, conforme quadro abaixo:

ACAMPAMENTO	MOVIMENTO SOCIAL	TOTAL
Derli Casali	MST	561
Emburana	FETAES	202
Maria Izabel	MST	854
Novo Sonho	FETAES	271
Sirlândia	MST	1.123
Carlos Marighella	MST	640
Roda D'água	FETAES	250
Panorama/Liberdade	FETAES	223
Antônio Conselheiro	MST	228
Tião Mauro	CPT	1.080
José Marcos de Araújo	MST	750
Pastinho	FETAES	692
Resistência	MST	350
Nova Jerusalém	FETAES	60
TOTAL		7.284

Fonte: Serviço de Implantação de Projetos de Assentamento SR20/ES

9.2 Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo

Nas ações desenvolvidas pela Ouvidoria Agrária Regional, através do dialogo e constante negociação, que no exercício de 2013 não houvesse agravamento dos conflitos agrários no estado.

10. Correição

10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.

Ao longo do exercício de 2013 a Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo – SR- 20/ES instaurou 02 (dois) Processos de Sindicância Investigativa e 02 (dois) Processos de Sindicância Acusatória, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tipo	Processo	Assunto	Cadastrado no CGU-PAD?	Situação
Sindicância Investigativa	54340.000003/2013-44	Apurar as circunstâncias e respectivas responsabilidades referente aos intervalos de até 247 dias entre a transferência de recursos para a conta-corrente bloqueada do Programa de Crédito Instalação e a sua aplicação financeira a fim de reposição ao erário.	Sim	Encerrado em 28/11/2013
Sindicância Investigativa	54340.001390/2013-36	Apurar as circunstâncias e respectivas responsabilidades referente a exclusão, sem justificativas, de dois beneficiários do Projeto de Assentamento São Sebastião e possíveis fatos conexos.	Sim	Sobrestada pela Portaria 04 de 06/03/2014
Sindicância Acusatória	54340.001588/2009-33	Apurar as circunstâncias e respectivas responsabilidades no que refere ao desaparecimento de um Notebook Toshiba, modelo satélite, tombamento patrimonial nº 175.451 e possíveis fatos conexos.	Sim	Encerrado em 17/01/2014
Sindicância Acusatória	54340.001450/2012-30	Apurar as circunstâncias e respectivas responsabilidades no que se refere a Notificação do processo 0131900-90.2012.5.17.0001 RTOrd, do Tribunal Regional do Trabalho – 17ª Região e possíveis fatos conexos.	Sim	Encerrado em 05/02/2014

Os autos relacionados às comissões encerradas possuem sugestões conclusivas e o julgamento final deverá ocorrer em 2014.